

A VIABILIDADE DE HORTAS COMUNITÁRIAS COMO UNIDADE GERADORA DE RENDA

ISTAN, Liamara Pasinato¹; MELLO, Jéssica Bronzzatti²; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de³; PINHEIRO, Thaís Teixeira⁴; VILLANI, Monique⁵

Resumo: Este estudo busca salientar e refletir sobre a importância dos programas de geração de renda aplicados em comunidades carentes, visto que estes projetos têm como objetivo introduzir a população no mercado de trabalho, aumentar a renda familiar e ainda proporcionar inclusão social. A exemplo de uma unidade geradora de renda, está a horta comunitária, que além de ser uma fonte de renda, também objetiva a busca pela saúde alimentar, pois a falta de alimentos nutritivos e sem conservantes é um tema frequente nos grandes centros urbanos.

Palavras- Chave: Emprego. Projeto social. Renda familiar.

Abstract: This study seeks to highlight and reflect on the importance of income generation programs implemented in poor communities , as these projects aim to introduce the population in the labor market , increase family income and still provide social inclusion. The example of a generating unit of income is community garden , which besides being a source of income , also aims to search for health food, because the lack of nutritious food without preservatives is a frequent theme in large urban centers .

Keywords: Employment. Social project. Family income.

INTRODUÇÃO

O tempo de procura por emprego passou por mudanças significativas nos últimos anos. O desempregado que possui uma renda mais baixa perde muito tempo a procura de uma oportunidade, sendo muitas vezes obrigado a aceitar atividades de condições precárias e de curta duração, retornando novamente as condições de origem.

Segundo Cavalcante e Okino (2010), quem mais se prejudica com a informalidade são os trabalhadores pertencentes às classes menos favorecidas, que pela necessidade de sobrevivência, não conseguem um emprego com carteira assinada. Com isso, acabam partindo

¹Autora e Orientadora. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNICRUZ. E-mail: liapasinatto@hotmail.com

²Autora. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNICRUZ. E-mail: jessica_bronzm@yahoo.com.br

³Autor e Orientador. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNICRUZ. E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

⁴Autora. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNICRUZ. E-mail: thaistpinheiro@hotmail.com

⁵Autora. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNICRUZ. E-mail: monique_villani@hotmail.com

para trabalhos temporários, apenas para conseguir o dinheiro do próprio sustento, porém muitas vezes estas situações acabam se tornando crônicas.

Socialmente o desempregado passa por problemas que vão da pobreza à desagregação familiar e o mais grave, em alguns casos, inicia-se um comportamento anti-social que por sua vez agrava o problema da violência social. Os efeitos físicos são diversos, sendo que os mais graves vão da embriaguez, utilização de drogas, maus-tratos e até mesmo tentativas de suicídio. Esses sintomas demonstram que os efeitos do desemprego, em relação ao ser humano, podem ser muito mais graves do que se imagina. Por isso se faz necessário combater o desemprego, para que a sociedade brasileira possa ter uma qualidade de vida melhor e a garantia de atendimento das necessidades básicas (CAVALCANTE; OKINO, 2010, p.10).

Desemprego esse, também, causado pela baixa qualificação do trabalhador. A pobreza e a miséria muitas vezes são fatores que influenciam na hora de estudar e adquirir uma formação, por isso em alguns casos há emprego para a vaga que o trabalhador está procurando, porém o mesmo não possui essa formação adequada e necessária para exercer a função.

A pobreza e a indigência, entendidas como situações sociais marcadas pela carência e pela vulnerabilidade, têm se imposto como questões centrais do debate público brasileiro e têm efetivamente sido objeto de um conjunto de intervenções de governo (JACCOUD, 2009, p.7).

Conforme os autores Barros, Camargo e Mendonça (1997), a dificuldade da criação de cargos não está relacionada somente com a abundância de postos de trabalhos gerados, mas sim com a qualidade dos mesmos. A falta de emprego é um dos amplos fatores que acarretam a pobreza e a miséria, analisando a estrutura do desemprego por sexo, nível de escolaridade, idade, posição no domicílio, setor de atividade, e posição na ocupação, permite uma observação mais detalhada da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade, que infelizmente andam juntas.

É preciso dizer, também, que a pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar. Praticamente todas as cidades do país (principalmente as periferias dos grandes centros metropolitanos) contam com pessoas abaixo da linha da pobreza.

A pobreza nos municípios gera um movimento entre a população que mais sofre com a desigualdade e o desemprego. Tal situação cria um ambiente propício para pessoas com o mesmo perfil sócio-econômico se associarem com um objetivo

comum. Esse objetivo comum faz surgir projetos de desenvolvimento e geração de renda, alimentados pelo desejo de mudança no padrão e situação atual na vida. (FURQUIM; MEDEIROS; PEROSA; STEIN, 2006, p. 2).

Unidade Geradora de renda

Empreendimento responsável por estimular e identificar oportunidades de trabalho assalariado, autônomo e geração de renda para parcela da população em situação de desemprego, prioritariamente aqueles pertencentes aos programas sociais, na área da intermediação de mão-de-obra, da inclusão da pessoa com deficiência e da orientação para qualificação profissional.

Devido ao baixo nível de escolaridade e à falta de qualificação profissional, grande parte da população mais pobre não é alcançada pelos programas convencionais existentes, seja de capacitação profissional seja de crédito, apesar dos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelos vários níveis de governo para a sua inserção no mercado de trabalho. Diante do exposto, a implantação do Programa de Geração de Renda em áreas de pobreza é uma decisão política importante no contexto das políticas públicas de combate à pobreza. (FURQUIM; MEDEIROS; PEROSA; STEIN, 2006, p.4).

Segundo Jaccoud (2009) a ampliação dos programas de garantia de renda vem ganhando destaque pela rapidez de benefícios monetários de natureza não-contributiva, pois são operados pelo governo federal, e podem ser considerados partes importantes do sistema de proteção da seguridade social brasileira.

Na tentativa de combater a miséria, pobreza e o desemprego as unidades sociais tem como propósito melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho de quem se encontra nesse perfil. Além dos loteamentos de habitação social que permitem enquadrar esses moradores, surgiu a ideia de gerar renda e empregos para o mesmo público, dando início a projetos sociais.

Nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos. De forma educadora essas iniciativas vêm apontando sinais de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica, numa palavra, socialista. (SOUZA, 2000,p.10).

Objetivos da UGR

Os Projetos de Geração de Renda objetivam promover ações que possibilitem a inserção das pessoas no mercado de trabalho, o aumento da produção e da produtividade, a ampliação dos trabalhos executados por cooperativas comunitárias e outros sistemas

associativistas, abrindo novas frentes de trabalho compatíveis com a vocação econômica local e regional, respeitando o meio ambiente e as potencialidades individuais dos segmentos a serem beneficiados (FURQUIM; MEDEIROS; PEROSA; STEIN, 2006).

As criações de Projetos sociais se dão devido às empresas de geração de renda, pois atuam na comunidade a ser implantada, criando oportunidades de empregos e a melhoria de vida de muitas pessoas. Todas as ações estão voltadas para a formação de um ambiente favorável e ao desenvolvimento das grandes, médias, micros e pequenas empresas, aproveitando os vazios econômicos e as potencialidades regionais e locais.

Tendo alguns objetivos não comuns, ou considerados a mais dentro de uma empresa como: melhoria da auto estima das famílias, inclusão social da população beneficiada com o programa, diminuição dos índices de desemprego, aumento do índice de desenvolvimento econômico dos Municípios atingidos, organização comunitária, valorização dos produtos da região de implantação do programa, incentivo as famílias, fortalecer o exercício da cidadania ao chamar a comunidade para participar da solução dos problemas públicos, como o desemprego, apresentação e preparação dos usuários ao mercado de trabalho capacitando-os a outros empregos do ramo, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e em sociedade.

A horta comunitária como uma unidade geradora de renda

Segundo Galo, Martins e Peres (2005), além de garantir o próprio consumo as hortas familiares acabam por gerar excedentes de produção que começam a ser comercializados. Dessa forma, pode ser introduzida a ideia das famílias expandirem as vendas com a criação de hortas comunitárias.

Este projeto que deve ser realizado pela comunidade, onde a produção é comercializada de maneira que possa gerar trabalho para a população local e inclusão social. A produção também pode ser destinada ao consumo próprio da comunidade.

Entre os fatores que explicam o potencial de criar emprego e renda, podemos citar os seguintes: a inexistência de barreiras à entrada na atividade, pelo menos havendo disponibilidade de terra; os cultivos intensivos de plantas hortícolas possuem um alto valor agregado por área e o retorno do investimento é obtido num prazo relativamente curto (muitos cultivos são colhidos entre 60 e 90 dias). (VIEIRA, 2009, p. 15)

Além de proporcionar o aumento de renda da comunidade local, a horta comunitária, conforme figura abaixo, também tem como objetivo melhorar as condições de vida de grupos

em situação de insegurança alimentar, através da implantação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários.

Figura 1. Horta comunitária em Rio Branco – AC, 2009



A segurança alimentar e nutricional gerada pela horta comunitária

A produção de alimentos nas grandes cidades tem se tornado precária, no que diz respeito a atender as necessidades nutricionais da população. Este é um fator sem relevância para grandes produtores, tendo em vista que abusam do uso de produtos químicos. Segundo Mendonça e Monteiro (2004), as famílias valorizam a não-utilização de produtos químicos na produção.

Atualmente, a busca pela saúde alimentar é um assunto que está sendo discutido com frequência pela população e também é visto com destaque em meios de comunicação, como revistas, jornais e programas de televisão. A população demonstra a vontade de manter uma alimentação adequada e saudável, entretanto não procura saber de onde vieram e como chegaram os alimentos até os centros de comércio.

“A transformação do atual quadro de insegurança alimentar, em que o acesso ao alimento está determinado pelas leis do mercado, aponta para a adoção de um novo paradigma que coloca a nutrição como um direito humano” (GALLO; MARTINS; PERES, 2005, p. 48).

Além da insegurança alimentar, outro fator a ser considerado é o valor elevado dos alimentos. Isso é um agravante para a população, pois muitos alimentos não são consumidos com a frequência necessária devido ao custo exorbitante. O que acarreta na falta de nutrientes básicos e compromete a saúde dos indivíduos.

Vieira (2009) afirma que o modo como os alimentos chegam ao consumidor e o preço pago por eles é uma causa do crescimento urbano, pois as áreas agricultáveis são reduzidas, conforme o crescimento das cidades. Assim, para aumentar a produção é preciso deslocar-se para áreas mais distantes, elevando a complexidade e os custos dos sistemas de distribuição.

O difícil acesso aos alimentos básicos de qualidade e com valor acessível para todos, tornou a produção de alimentos comunitária uma opção relevante e de segurança alimentar e nutricional para a população.

No entanto, a produção local é uma forma de acesso aos alimentos distinta dos mecanismos de mercado ou assistencialistas, comuns no contexto urbano, o que coloca uma perspectiva de maior autonomia das populações. Em relação à qualidade dos alimentos e da alimentação, a produção de frutas e hortaliças, por exemplo, cumpre papel importante no fornecimento de nutrientes, especialmente vitaminas e sais minerais, dos quais as dietas são em geral carentes. Além disso, permite uma diversificação dos hábitos alimentares e facilita processos de educação alimentar e nutricional. (MENDONÇA; MONTEIRO, 2004, p. 31)

Resíduos orgânicos que contribuem para o cultivo da horta

Conforme Lins e Marcon (2013), tornou-se extremamente importante buscar e propor soluções para o tratamento e destinação de resíduos a fim de alcançar o equilíbrio e um meio ambiente sustentável para a época atual e as gerações futuras.

O trabalho com a horta comunitária, observada na figura a seguir, possibilita a inserção de diversas atividades para contribuir com a mesma, onde até o lixo pode ser reaproveitado. Os resíduos orgânicos podem ser utilizados para a fertilização do solo, com o objetivo de enriquecê-lo para o plantio ou para a revitalização da terra. Essa atividade de reaproveitamento, além de conscientizar a população para preservação do ecossistema e reduzir o descarte incorreto do lixo ou o acúmulo em lixões ou aterros, também envolve a valorização dos catadores e desenvolve uma fonte de renda para a comunidade.

Figura 2. Horta Comunitária Vila do Ipê, Caxias do Sul – RS.



De acordo com Galbiati (2001), é importante desenvolver ações para otimizar o trabalho com materiais recicláveis, pois dessa forma se permite a inclusão social dos catadores, que se encontram marginalizados. Ainda segundo o autor, os programas de coleta seletiva têm sido empregados em projetos sociais em busca da valorização dos catadores.

Galbiati (2001) afirma que segundo algumas experiências apresentadas em municípios brasileiros, os resultados obtidos foram a participação da população, bem como a redução do lixo destinado aos lixões e geração de renda.

Para que o lixo orgânico possa ser reaproveitado, a coleta seletiva deve ser inserida nas comunidades. De forma que evite contato com elementos contaminantes, como baterias, lâmpadas, produtos tóxicos e que resultam na redução da aceitação do produto quando utilizado na horta.

A matéria orgânica presente no lixo urbano é responsável pela produção de chorume e gases de efeito estufa nos aterros. A compostagem da fração orgânica do lixo pode contribuir, em cerca de 50%, para a redução da quantidade de lixo destinada aos aterros, gerando composto orgânico, ótimo condicionador de solos e fonte de nutrientes para as plantas. (GALBIATI, 2001, p. 5)

METODOLOGIA

O artigo desenvolvido segue linhas de estudos bibliográficos para obter uma completa compreensão do tema. Dessa forma, o referencial teórico é a base que sustenta o presente trabalho, onde a metodologia desenvolvida apresenta-se através de uma revisão de literatura, em que é possível avaliar o conhecimento produzido em pesquisas prévias. Na

ocasião, será posto dois importantes exemplos de Hortas Comunitárias que elucidam de forma satisfatória a temática abordada na presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudo de caso: Hortas Comunitárias em panorama nacional: Maringá, Paraná (BR)

No Brasil vem crescendo o número de hortas comunitárias em todos os estados, onde uma iniciativa simples traz grandes resultados para grupos que praticam esta ideia. A iniciativa geralmente vem de bairros mais carentes, onde o acesso por alimentos saudáveis é mais restrito. O benefício vai além de obter uma alimentação saudável, a integração e a prática de atividades também fazem disto, resultados positivos ocasionados pelas hortas comunitárias.

Maringá no Paraná, vem sendo destaque em projetos de hortas comunitárias. O “Programa Hortas Comunitárias de Maringá, PR” teve início em 2007, e foi iniciado devido ao projeto Maringá Mais Saudável, proposto pela Prefeitura Municipal.

Segundo Albuquerque (2012), o projeto é coordenado pela prefeitura, através da SEMUSP (Secretaria Municipal de Serviço Públicos), que coordena as hortas. O primeiro passo é analisar o número de pessoas que irão ser contempladas com a horta, posteriormente é escolhido algum morador que habite próximo ao local e esteja disposto a assumir as responsabilidades sobre a horta, e após, é realizado a visitação ao local. Também é feito reuniões com os moradores, que deverão estar cadastrados na assistência de saúde ou assistência social. Nesta mesma reunião há uma definição para uma equipe responsável, formada por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, sendo também definido o plantio dos canteiros. Assim, com todos os dados cadastrados a prefeitura concede a infraestrutura e construção da horta, geralmente num terreno do município.

De acordo com Fernandes; Martins e Souza (2013), a prefeitura dispõe de equipes formadas por engenheiros agrônomos e assistentes sociais, que auxiliam os moradores em todas as etapas, desde a preparação do solo, até a confecção dos canteiros e adubação.

Os canteiros são divididos pelos associados comunitários da horta, sendo que cada um tem o direito e dever de ajudar na manutenção.

Conforme Albuquerque, Nardi, Palácios e Salineiro (2012), uma pesquisa realizada no ano de 2007, identificou que a população onde foi implantada as primeiras hortas sofriam de

consumo insuficiente de verduras, o que pode ocasionar depressão, transtorno mental leve e vulnerabilidade econômica e social.

Como objetivo principal tem-se a geração de uma economia solidária, melhoria na dieta alimentar, ocasionando qualidade na saúde da população, estimulação e integração da comunidade, garantia de alimento saudável diariamente sem agrotóxicos, produzido de forma natural (ALBUQUERQUE, 2012).

Até 2007, o programa atendia 430 famílias, cerca de 2000 pessoas, tendo até então 17 hortas. Atualmente são 26 hortas, conforme figura abaixo, que beneficiam em torno de 700 famílias, cerca de 2800 pessoa. Anualmente são produzidas 200 toneladas de alimentos, onde em uma horta com área de 4.500m², há um número médio de 50 pessoas, e o custo pode chegar a R\$8565, 80 reais (ALBUQUERQUE, 2012).

Para o plantio são selecionados os alimentos mais consumidos e adeptos ao solo, dentre eles: cebolinha, alface, rúcula, almeirão, quiabo, couve, pepino, abóbora, beterraba, amendoim, cenoura, feijão, plantas medicinais, e maracujá. (CACERE; JUNG; MEIRA; MICHELLON; RODRIGUES NETO, 2009)

Figura 3. Horta Comunitária Conjunto Branca Vieira



Os benefícios que estes projetos trazem são inúmeros, e vão além de uma boa alimentação, assim como garantia de segurança e qualidade nos alimentos, promoção de estilo de vida saudável, prevenção de doenças nutricionais, ocupação benéfica de terrenos baldios,

oportunidade de geração de renda para os participantes, inclusão social dos produtores e integração entre os moradores do local.

Horta Comunitária em panorama internacional: Brooklyn Grange, Nova York (EUA)

De acordo com Gonçalves (2014), as histórias de hortas urbanas nos Estados Unidos tiveram início em períodos de expansão agrícola, em momentos socioeconômicos conturbados. Na primeira Guerra Mundial, os alimentos ficaram escassos e com isso houve a necessidade de praticar a ocupação de terrenos baldios. O projeto desenvolvido pelo governo foi além, e passou a ensinar jovens a cultivar o próprio alimento.

Na década de 30 novamente as hortas comunitárias ajudaram os americanos a enfrentar a crise. A economia estava abalada e esses projetos surgiram como alternativa não apenas de alimentação, mas também de trabalho. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram criadas cerca de 20 mil hortas. Estas iniciaram suas produções não apenas por pessoas carentes, mas também pela população de alta renda que encontrou uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida. Com o passar dos anos as técnicas de hortas urbanas nos Estados Unidos só foram aumentando, atualmente são incontáveis o número destes projetos que beneficiam comunidades inteiras.

Na cidade de Nova York, todos os terrenos públicos desocupados no bairro do Brooklyn são mapeados. Desta forma há uma organização no projeto destes terrenos para hortas comunitárias (PEREIRA, 2013)

No Brooklyn encontra-se a maior horta urbana do mundo, a Brooklyn Grange Farm, localizada num telhado vivo. É cultivada no topo de um armazém de seis andares, cerca de 40 mil metros quadrado. (BRANDÃO, 2013)

Um espaço amplo, somente com plantação orgânica, como produção se tem: tomate, feijão pimenta, alface, beterraba, cenoura, rabanete, rúcula, entre outros (STITZCOVSKY, 2015)

De acordo com Brandão (2013), o solo foi produzido pela Skyland, empresa da Pensilvânia que utiliza material orgânico e pequenas rochas para o vegetal crescer saudável.

Figura 4. Horta urbana, Brooklyn Grange, Estados Unidos.



De acordo com Spitzcovsky (2013), a horta comunitária tem parte da produção vendida para restaurantes locais, outro tanto é para a formação de uma “cesta básica orgânica” para as famílias que queiram receber semanalmente os alimentos. O restante que não é consumido é vendido numa feira que ocorre todos os sábados na própria horta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cidadão encontra uma grande dificuldade para ingressar ao mercado de trabalho, visto que as empresas buscam profissionais capacitados e com experiência na área de emprego. Assim, tornou-se relevante a introdução de unidades geradoras de renda em comunidades.

Dessa forma, os grupos locais podem se unir e buscar uma nova fonte de renda familiar. A exemplo, a horta comunitária com contribuição de resíduos orgânicos para cultivo é uma opção relevante de unidade geradora de renda, visto que é uma prática onde toda a comunidade pode participar e os benefícios obtidos são inúmeros, como segurança alimentar, contribuição para o equilíbrio ambiental, valorização de catadores e outros que foram apresentados durante o estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José de Oliveira. **Horta Comunitária de Maringá: Inclusão Social e Produtiva.** Disponível em [http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta_Comunitaria_de_Maringa_Inclusao_Social_e_Produtiva\[40003\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Horta_Comunitaria_de_Maringa_Inclusao_Social_e_Produtiva[40003].pdf) Acesso em 11 de agosto de 2015.

ALBUQUERQUE, José Oliveira de; NARDI, Antonio Carlos Figueiredo; PALÁCIOS, Ana Rosa Oliveira Poletto; SALINEIRO, Ana Paula dos Santos Bocardí. **O Projeto Hortas Comunitárias no Município de Maringá.** Disponível em <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/d76dff2000c1.pdf> Acesso em 11 de agosto de 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. **A Estrutura do Desemprego no Brasil.** Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2044/1/td_0478.pdf. Acesso em 07 de ago de 2015.

BRANDÃO, William Marçal. **Da terra aos telhados.** Disponível em http://hortadoscoelhos.blogspot.com.br/2013_12_01_archive.html. Acesso em 17 de agosto de 2015.

CACERE ALMAGRO, Amanda; JUNG, Ligia Mara; MEIRA, Fernanda Maria; MICHELLON, Ednaldo; RODRIGUES NETO, Fernando. **Extensão Agroecológica em Hortas Urbanas e Periurbanas.** Disponível em <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/5442/3767>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

CAVALCANTE, Caio César Carvalho; OKINO, Michelle Yumi Felipe. **Desemprego e Exclusão Social: Princípios Fundamentais em xeque?** Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

FERNANDES, Renata; MARTINS, Joaquim Martins; SOUZA, Nádia Roberta de Paula Guedes de. **Benefícios da Implantação do Programa Hortas Comunitárias em Maringá – Paraná.** Disponível em http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130731_225208.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2015.

FURQUIM, Giovana; MEDEIROS, Maria Izabel Merino de; PEROSA, José Matheus Yalenti; STEIN, Antonio Carlos. **Hortas comunitárias como mecanismo de organização social e geração de renda.** Disponível em [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/3B8B806CF584452C8325749B0056E2C1/\\$File/NT00038BCE.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/3B8B806CF584452C8325749B0056E2C1/$File/NT00038BCE.pdf). Acesso em 08 de agosto de 2015.

GALBIATI, Adriana Farina. **O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem.** 2001. Disponível em http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_15.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2015.

GALLO, Zilda; MARTINS, Lilia A. de Toledo Piza; PERES, Maria Thereza Miguel. **Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba.** Revista FAE, Curitiba, v.8, n.1, p.39-50, jan./jun. 2005. Disponível em http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/rev_fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_04.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2015.

GONÇALVES, Rita Gonçalves Galvão. **HORTAS URBANAS Estudo do Caso de Lisboa.** Disponível em

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6809/1/VERS%C3%83O%20DEFINITIVA_Tese%20de%20Mestrado_Rita%20Gon%C3%A7alves.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2015.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, Pobreza e cidadania: Os Desafios recentes da Proteção Social**. Disponível em <https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/90983/1/597622477.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

LINS, Nereu; MARCON, Gicele Carvalho da Silva. **Projeto de compostagem implantado na Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz**. Revista Maiêutica – Curso de Gestão Ambiental, UNIASSELVI, 2013. Disponível em <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GAM/article/view/363>. Acesso em 04 de agosto de 2015.

MENDONÇA, Denis; MENDONÇA, Marcio Mattos. **Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro**. Revista Agriculturas, V. 1 - nº 0, 2004. Disponível em http://orgprints.org/19941/1/Monteiro_quintais.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2015.

PEREIRA, Carolina Deamon. **Algumas Hortas Urbanas Pelo Mundo**. Disponível em <http://caroldaemon.blogspot.com.br/2013/07/algumas-hortas-urbanas-pelo-mundo.html>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

SOUZA, André Ricardo de. **Um instantâneo da economia solidária no Brasil**. Disponível em http://editoracontexto1.tempsite.ws/produtos/pdf/ECONOMIA_SOLIDARIA_NO_BRASIL_INTRODUCAO.PDF. Acesso em 10 de agosto de 2015.

SPITZCOVSKY, Débora. **A maior horta urbana já construída no topo de um prédio**. Disponível em <http://www.thegreenestpost.com/a-maior-horta-urbana-ja-construida-no-topo-de-um-predio/>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

SPITZCOVSKY, Débora. **Horta urbana aérea: alimentos orgânicos são produzidos no topo dos prédios de NY**. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/blog-da-redacao/horta-urbana-aerea-alimentos-organicos-sao-produzidos-no-topo-dos-predios-de-ny/>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

VIEIRA, Paulo Pennaforte. **Caracterização do projeto agricultura urbana “Horta Comunitária Portal I” acompanhado pelo CEPAGRO em Itajaí (SC)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Agronomia, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120353/271843.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 de agosto de 2015.